

Educação especial e educação do campo: interfaces e o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais

Dulcéria Tartuci¹

Rosana Maria Purcina Dias³

Rafaela Aparecida Silva
Ferreira Diniz²

Resumo: A partir da interface educação especial e educação do campo, o presente trabalho visa apresentar a análise da inclusão do público alvo de educação especial na educação do campo em Goiás, através das condições de funcionamento de uma escola do campo de um distrito pertencente ao município de Catalão-Goiás. Constatamos que esta instituição oferta serviços de educação especial, por meio dos professores de apoio à inclusão e do atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncional, entretanto, ainda permanece as questões focais da escola com relação a escolarização destes alunos e ao trabalho docente nas salas de aulas comuns da rede regular em articulação aos serviços de educação especial, que acabam não sendo significativos e o protagonismo não é, na verdade, a construção do conhecimento escolar.

-
- 1 Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, professora da Unidade Acadêmica Especial de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do Neppein. Contato: dutartuci@brturbo.com.br
 - 2 Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, discente na Unidade Acadêmica Especial de Educação. Lappein/Neppein. Bolsista Pibic – Prolicen Contato: rafaelafd89@gmail.com
 - 3 Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, discente na Unidade Acadêmica Especial de Educação. Lappein/Neppein. Bolsista Pibic/CNPq. Contato: rosanapurcina@hotmail.com

Palavras-chave: Educação Especial. Educação do Campo. Salas de Recursos Multifuncionais.

Introdução

Esta proposta de investigação problematiza relação: inclusão, educação especial e educação do campo. A pesquisa envolvendo esta tríade pode se constituir como fundamental para a compreensão da oferta e garantia de uma educação de qualidade para todos os estudantes, especialmente aos estudantes público alvo da educação especial no âmbito da educação do campo.

A partir da interface educação especial e educação do campo analisaremos a inclusão do público alvo da educação especial na educação do campo em Goiás. Para tanto, selecionamos para este estudo uma escola do campo do município de Catalão, cidade do sudeste Goiano. A análise focalizará o atendimento educacional de alunos público alvo da educação especial na educação do campo, através das condições de funcionamento de uma escola do campo e dos serviços de educação especial, especialmente do atendimento educacional especializado (AEE) ofertado na sala de recursos multifuncional (SRM). O público alvo da educação especial, compreende os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ou superdotação, neste trabalhos este público será referido como alunos com deficiência.

Desenvolvimento

No final da década de 1980 e início da década de 1990, a perspectiva da educação inclusiva emerge no cenário internacional e nacional marcada pela instituição de medidas que buscavam promover o acesso e a qualidade da educação para crianças excluídas do processo escolar, dentre as quais se destacam conferências e legislações que, impulsionados pelo conceito de cidadania, embasado no reconhecimento da diversidade e na participação de todos os sujeitos nas esferas sociais, corroboraram para o delineamento de um novo paradigma da inclusão. (TARTUCI, 2011).

Na perspectiva do movimento de educação para todos, além do movimento pela inclusão escolar dos alunos com deficiência, o movimento da educação do campo vem se instituindo articulado às lutas sociais do campo, desde a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, e na sua preparação, que ocorreu no início deste mesmo ano em Goiás 1998. O movimento “por uma educação do campo” visa garantir políticas públicas de direito à educação e da educação que conjugue as especificidades da população do campo, “uma educação que seja no e do campo”, ou seja, compreende-se que “o povo tem direito

a ser educado no lugar onde vive” e que “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 18).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB-EN – nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) prevê:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Esta especificidade de propostas pedagógicas da educação do campo é, também, ressaltada na Resolução N. 1/2002: “contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia” (BRASIL, 2002, p. 2). Nesta perspectiva, os estudos de Arroyo (1999), Fernandes (2000), Jesus (2003), Caldart (2000), Molina (2003), entre outros, tem contribuído, expressivamente, para ampliar e definir os significados da educação do campo como um direito social.

Nesta direção, o movimento de inclusão escolar tem como princípio o ingresso dos alunos com deficiência no ensino regular nas classes comuns. Ressaltamos que esta é a meta a ser perseguida, independentemente se os alunos estão na cidade ou no campo. Assim, é preciso garantir condições aos estudantes de permanência na escola comum. Para que isso ocorra, foram estabelecidos os serviços de apoio, que no caso da rede estadual de educação de Goiás é garantido o “serviço de apoio realizado nas classes comuns; serviço de apoio realizado em salas de recursos (...); serviço de apoio pedagógico especializados, (...)” (TARTUCI, 2011, p. 1782)

O serviço de apoio realizado nas classes comuns e desenvolvido pelo professor de apoio à inclusão, que deve ser um profissional da educação especial, é regulamentado no item VIII da Resolução N. 07, de 2006 do CEE do estado de Goiás:

§ 1º O professor de apoio das escolas em processo de inclusão deve atuar em sala de aula, atendendo alunos com necessidades especiais que necessitem de apoios ou serviços intensos e contínuos para o acompanhamento das atividades curriculares;

§ 2º O professor de apoio das escolas inclusivas deve atuar de forma integrada com o professor regente da sala de aula à qual está lotado, participando ativamente do planejamento e de todas as atividades desenvolvidas nas séries de sua atuação.

Com isso, o professor de apoio à inclusão deve trabalhar juntamente com o professor regente e participar de todo planejamento e compartilhar a responsabilidade de ensino de todos os alunos, com ou sem deficiência. Outro serviço de apoio ofertado aos alunos com deficiência é o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Na Resolução N. 07, de 2006 do CEE do estado de Goiás, consta em seu Art. 3º, que:

§ 4º O atendimento educacional especializado é o complemento ou suplemento escolar, diferenciado do ensino regular, para melhor atender as especificidades dos alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, abrangendo, principalmente, os instrumentos necessários à eliminação ou superação de barreiras físicas, arquitetônicas, sociais, psicológicas e atitudinais, que possam impedir ou dificultar seu relacionamento com o ambiente externo

Esse atendimento é feito na Sala de Recursos Multifuncional (SRM), que é uma sala própria com equipamentos, móveis, materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade, que visa garantir a permanência do aluno com deficiência no ensino comum e deve ocorrer no contraturno escolar deste aluno. O profissional do AEE, assim como o profissional de apoio à inclusão, deve ser um profissional de educação especial com a formação inicial em educação especial e/ou com formação continuada em educação especial.

A inclusão escolar não visa garantir apenas a matrícula na classe comum e o atendimento em serviços de educação especial. Estudos atuais, vêm problematizando a restrição destes serviços, em relação a qualidade e ao acesso. Neste sentido, é necessário questionar se as pessoas com deficiência do campo têm tido acesso à educação e se esses serviços têm sido ofertados. Partimos do pressuposto que nas escolas do campo as ausências se ampliam seja pela falta de matrícula de alunos com deficiência, seja pela falta de profissionais e serviços.

A partir da LDB-EN no 9.394/96 (BRASIL, 1996), a educação especial e educação do campo passaram a ser consideradas modalidades da educação escolar. A educação especial, como modalidade de ensino, deve perpassar todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2008a) e deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 1996; 2008a). A educação do

campo reserva-se à população rural, como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (BRASIL,1996, 2008b)

Baseando em estudos que mostram as condições na maioria das vezes precárias da educação do campo e considerando a existência de alunos com deficiência da educação especial, se complica ainda mais pela dupla exclusão, além da falta de infraestrutura, de profissionais capacitados, que queiram trabalhar no campo, e pela falta de acesso aos serviços que deveriam ser garantidos como direito.

Metodologia

Considerando o objetivo da pesquisa do Observatório Nacional de Educação Especial (Parecer no 291/2011 de Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar) de coletar e sistematizar informações municipais que subsidiem tomadas de decisões para as políticas de inclusão escolar, permitindo, por exemplo, identificar demandas para a formação de professores, limites e possibilidades das salas de recursos multifuncionais - SRM, monitoração do desempenho dos alunos com deficiências na escola e que este visa analisar a inclusão do público alvo da educação especial na educação do campo em Goiás. A análise focaliza de alunos com deficiência na educação do campo, especialmente o AEE em salas de recursos multifuncionais SRM.

Para realização deste trabalho foi selecionada uma das escolas do campo, situada na região sudeste do estado de Goiás, e que tinha aluno com deficiência matriculado. Esta etapa envolveu a utilização de entrevista semiestruturada com docentes focalizando os serviços de educação especial.

A coleta de dados na escola foi realizada em forma de entrevista semiestruturada, gravada em áudio de um smartphone e posteriormente transcrita na forma textual. Participaram da pesquisa duas professoras da educação especial da escola do campo, uma professora do AEE em SRM e uma professora de apoio à inclusão, que aceitaram participar da entrevista.

Discussão e resultados

Para discussão dos resultados da pesquisa acerca do atendimento educacional de alunos com deficiência na educação do campo analisamos o modo como ela vem sendo ofertada e as condições de funcionamento. Nesta perspectiva, foi selecionada uma instituição para desenvolvermos esta análise. As discussões dos resultados da pesquisa estão assim organizadas: A escola do Campo e o atendimento educacional de estudantes com deficiência; professor de apoio á inclusão; o AEE em SRM.

A escola do campo e o atendimento educacional de estudantes com deficiência

A partir dos dizeres das diferentes professoras participantes da pesquisa e do registro fotográfico, apresentaremos a discussão acerca do funcionamento de uma escola do campo de Catalão, município da região sudeste do estado de Goiás, onde encontram-se matriculados três estudantes com deficiência intelectual, um com 12 anos do 6º Ano do Ensino Fundamental II, um com 15 anos do 8º Ano do Ensino Fundamental II e um com 16 anos do 1º Ano do Ensino Médio. A discussão do atendimento educacional dos alunos com deficiência na escola será realizada a partir das condições de funcionamento a partir da sala de aula comum e dos serviços de educação especial, mais especificamente do professor de apoio à inclusão e do professor de AEE em SRM.

Na instituição de ensino, é ofertado serviço de educação especial aos alunos com deficiência matriculados em dois períodos, matutino e vespertino. Eles recebem o AEE promovido na SRM, no contra turno do horário que frequentam a sala de aula do ensino regular. A SRM foi montada na escola, exclusivamente, para o atendimento dos alunos com deficiência. A organização escolar é serial e na escola funciona o Ensino Fundamental II, o Ensino Médio e uma SRM. Em 2016, o número de alunos matriculados é 134, sendo três destes com deficiência, como citado anteriormente.

Para esta análise, focalizaremos no atendimento educacional de estudantes com deficiência na sala de aula comum e os serviços de educação especial.

Diferentemente do que outras pesquisas apontam, em que as escolas rurais, geralmente, contam apenas com o professor do ensino regular, os alunos com deficiência matriculados na escola da presente pesquisa são atendidos por três diferentes profissionais. Eles são atendidos na sala de aula do ensino regular com a presença do professor regente juntamente com o professor de apoio à inclusão e por um professor de AEE na SRM.

Professor de apoio à inclusão

O profissional de apoio à inclusão é um professor, licenciado em educação especial ou com formação posterior a uma outra licenciatura. Em Goiás as diretrizes legais apontam pela preferência da formação em pedagogia. Ele exerce um papel de forma itinerante, uma vez que é docente de três estudantes com deficiência da escola, que estudam em um mesmo período (matutino). Sendo assim, a única professora de apoio existente na escola se desloca de uma sala para outra durante todo o período da aula para realizar seu trabalho. Em relação a essa situação destacamos o que diz a professora de apoio à inclusão:

Excerto 1: Assim, eu tenho uma aluna no nono e tenho um aluno na primeira na segunda série do ensino médio, aí eu fico atendo um lá, vou lá, venho fico nas duas salas sabe, rondando as duas salas e dando atividades para eles. (Professora de apoio à inclusão)

A professora relata sua maneira de atender os alunos com deficiência que se encontram em diferentes turmas. Quando a professora diz “dando atividades para eles”, questionamos quais seriam estas atividades e como se dava o planejamento dessas atividades, respondendo:

Excerto 2: (...)a gente assim, tem que adaptar as atividades no meu caso como professora de apoio né, mais uma adaptação das atividades para os alunos né, que vão acompanhar mesmo o ritmo da sala né, a gente sempre tem que tá, assim, por exemplo, não é que eu vou deixar o professor da sala tá trabalhando matemática eu vou ficar com português não, na aula de matemática eu vou trabalhar matemática com ele de acordo com o livro do aluno né! Não que eles têm condição de acompanhar tudo, mas não pode fugir da rotina da aula né?! (Professora de apoio à inclusão)

Nesta fala da professora de apoio, podemos entender que, ao planejar as aulas para o acompanhamento diário dos alunos na sala de aula regular, ela desenvolve atividades de acordo com o mesmo livro didático utilizado para ensinar os alunos sem deficiência, justificando o fato pelo motivo de não poder fugir do conteúdo escolar. Entretanto, ela diz mais do que desenvolve na aula que o modo do planejar. Em relação ao conteúdo, a professora de apoio afirma que:

Excerto 3: (...) a minha aluna do nono ano ela assim, a gente não pode dizer que ela não aprende a gente tem que acreditar no potencial do aluno né. O que ele desenvolveu é aprendizagem né, mas ela tá nas vogais sabe?! E eu sempre começo o ano assim, eu já tenho uns bons anos que eu estou no apoio eu penso assim, ‘esse ano vai aprender porque vai né’, mas eu trabalho as vogais não saio das vogais com ela... não saio, mas aí eu assim, não vou ficar só trabalhando vogal, mas assim eu não posso trabalhar as outras letras do alfabeto eu trabalho o ‘a’ até falar chega, aí vou tomar a leitura dela ela já fala que é o ‘e’ que é o ‘i’ sabe, então é assim, mas ela gosta de pintura, aí eu vou trabalhar com as outras coisas que ela gosta fazer colagem, fazer pintura sabe...jogos ela não gosta. (Professora de apoio à inclusão)

A partir dos excertos 2 e 3, é possível notar a incoerência nos dizeres da professora. Em um primeiro momento, ela justifica que o planejamento das aulas não

é específico para a demanda dos alunos. Em outro momento, afirma usar atividades envolvendo vogais e outras atividades, como pintura e colagens. Isto é, aponta conteúdo e atividades que não fazem parte do currículo do nono ano. Conforme estudos desenvolvidos por Tartuci (2011), é comum a utilização de atividades de pintura, colagens e jogos para substituir conteúdos da série que o aluno com deficiência está matriculado. Não desconsidera que estas atividades possam fazer parte do trabalho desenvolvido com o aluno, uma vez que pode contribuir para promover o interesse do mesmo, mas, em geral, estas atividades se vinculam mais ao currículo da educação infantil e acabam sendo formas de ocupar o tempo do aluno com deficiência e não formas de leva-lo a aprendizagem de conteúdos no interior das salas de aulas.

As falas da professora de apoio demonstram que a organização pedagógica não é pensada no diálogo entre os dois profissionais presentes na sala de aula, ou seja, não há um trabalho docente colaborativo. Ressaltamos, a seguir, uma fala da professora de apoio sobre o papel do professor regente de referência da turma com aluno com deficiência:

Excerto 4: (...) eles (os professores regentes), pensam que a obrigação do aluno é minha é da professora de apoio assim, por exemplo, na avaliação, ela pensa... eles pensam que não tem nada haver muitas vezes o professor passa pelo aluno lá sabe dá a tarefa para o aluno, vai distribuir atividades de folha entrega passa entrega para os outros alunos tudo para ele não, ele acha ruim sabe...ele quer sentir parte da turma...eu tenho que está pedindo sabe, muitas vezes eu falo assim traz a tarefa dele porque mesmo que ele não vá fazer, mas a gente eu faço a leitura para ele explico ali né de forma que ele entende melhor, mas professor tem muitos que pensam que ele não faz parte da sala. Quando a gente precisa fazer curso é ..., antigamente a gente dispensava os alunos né quando eu estava fazendo os cursos dispensava...não é para dispensar porque o aluno é da escola todos tem que abraçar o aluno né, só porque na minha ausência ele não pode vir não pode acontecer isso. (Professora de apoio à inclusão)

A presença do profissional de apoio na sala regular não minimiza a responsabilidade do professor regente em relação ao aluno com deficiência. Na perspectiva de uma educação inclusiva, desconsiderar este papel se torna uma forma de exclusão, uma vez que o aluno não tem acesso à uma aprendizagem de fato escolar. Nesse caso, a falta de parceria entre os professores e demais profissionais envolvidos na escolarização dos alunos com deficiência pode estar ocasionando a ampliação das dificuldades escolares desses alunos. Para que a inclusão desses alunos de fato aconteça, é necessário que todos os envolvidos no ambiente escolar

estejam conscientes de que o aluno com deficiência é aluno da professora regente de referência, é aluno da escola e não da professora de apoio. A escola, também, é dele e, assim como os outros alunos, ele deve vivenciar todas atividades, em todos os ambientes que a escola possui, como pátios de recreação, sala de aula regular, refeitório, e até mesmo quadra de esportes, isso com ou sem a presença do professor de apoio à inclusão porque ele não deve ser visto como “o professor do aluno com deficiência”.

O AEE em SRM

Além do serviço do professor de apoio à inclusão, a escola oferece aos alunos com deficiência o AEE na SRM, esse serviço é ofertado por outra professora no contraturno das aulas. Conforme Rapoli et al. (2000, p. 17):

O AEE complementa e/ou suplementa, a formação do aluno, visando a autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferencia nas escolas comuns, em um espaço físico denominado, Salas de Recursos Multifuncionais.

Considerando a problematização já apontada pelo modo de atuação do professor de apoio à inclusão no interior da sala de aula, ampliamos a discussão para compreender, também, o papel do professor de AEE. Nesta perspectiva, ressaltamos o modo como os diferentes profissionais presentes na escola compreendem estes serviços. As duas professoras, de apoio e de AEE, relatam, com um triste semblante em seus rostos, o menosprezo percebido por parte de colegas de trabalho, dizendo assim:

Excerto 5: É porque às vezes, tem gente que acha que a gente está é brincando né, então, assim isso me deixa muito chateada (Professora do AEE)

Excerto 6: É! Pensa que você está ali à toa sabe. Mas igual ela para entrar na sala de aula tem que fazer até voto depois para ir embora se eu deixar ela para trás um pouquinho aí ela não sai da escola ela tem que sair hora que a turma está saindo. A gente tem que pegar os ritmos sabe. Porque (breve risada) e ela dá trabalho em todos os sentidos sabe, assim para ir para sala de aula é ... eu tenho, para ir ao banheiro a gente tem que está acompanhando, para lanchar tem que levar o lanche para ela. Tem que ser como é que fica sem apoio né?! Sem uma professora para acompanhar. (Professora de apoio à inclusão)

As professoras de educação especial discorrem sobre o modo como são vistas pelos outros professores e afirmam que eles não reconhecem o papel de cada uma. Contudo, é importante problematizar o modo como a própria professora de apoio se refere ao seu papel: “tem que ter uma professora para acompanhar”. Por um lado, ela questiona o fato de que o aluno com deficiência não tem que sair com ela, mas com toda turma. Por outro lado, ela diz da dependência do aluno em relação ao seu acompanhamento, sendo preciso compreender o papel deste docente sem tirar a autonomia do aluno.

O AEE não deve ser visto como um reforço escolar, muito menos como um espaço de socialização, não que isso não possa acontecer durante o atendimento, porém esse momento destina-se a uma ampliação das possibilidades de aprendizagem por meio de recursos específicos que possam auxiliar o desenvolvimento dos estudantes com deficiência. É comum que os serviços de educação especial, seja o realizado pelo professor de apoio à inclusão ou pelo professor de AEE, sejam vistos apenas como espaços de socialização, ou mesmo, serem vinculados a participação dos alunos com deficiência em atividades festivas da escola.

Excerto 7: Mesmo que seja uma socialização muitas vezes a... o apoio o aluno que vem com certa deficiência para escola muitos deles precisam mais de socialização né. A gente teve aluno que chegou aqui nem conversava de jeito nenhum, então amava a escola porque aí os colegas abraçavam. A gente sempre falava para turma deles para... assim, para apoiar eles para ser amigo deles. (Professora de apoio à inclusão)

Excerto 8: (...) assim todo evento que acontece aqui na escola tanto eu como o apoio né Ana, a gente trabalha com nossos alunos também, então se a data das mães, por exemplo, a gente trabalha com os nossos alunos, então o que a escola desenvolve, por exemplo, agora tá acontecendo a Semana Cultural Goiana e...então assim os alunos do AEE vão apresentar trabalhos né, sobre as plantas medicinais, então a gente é um trabalho assim que a escola desenvolve a gente também vai desenvolver com eles aqui e o apoio também ajuda na sala de aula. (Professora de AEE)

Embora reconheçamos o caráter socializador e de desenvolvimento das atividades escolares, seja aquelas desenvolvidas no âmbito da sala de aula ou mesmo nas atividades festivas e culturais, uma vez que os espaços escolares são espaços, também, de interação, desenvolvimento social e cultural, elas devem ultrapassar as barreiras e os desafios e possibilitar a mediação e aquisição de conhecimentos escolares, bem como preparar os estudantes com deficiência para que possam ter a perspectiva e possibilidade de ingressar em outros níveis superiores de escola-

rização. Entendemos que a socialização pode ocorrer em outros espaços sociais, como igrejas, reuniões entre amigos, clubes, entre outros, mas o aprendizado escolar deve ser ofertado preferencialmente pela escola, não confundindo-se apenas como lugar de socialização. No que diz respeito ao AEE, ressaltamos o que diz a professora em relação a aprendizagem dos alunos com deficiência:

Excerto 9: (...) é uma aprendizagem assim, é ...lenta né que a gente e é ...assim é diferenciada cada aluno, igual eu estava falando, cada aluno aqui tem uma forma de aprendizagem né. Então assim, é lento a gente tem que trabalhar é ...assim, repetir bastante assim. A gente explica, depois a gente torna a explicar de novo. Então é com muita paciência eles vão aprendendo. (Professora de AEE)

Ao relatar sobre a aprendizagem dos alunos com deficiência, a professora define como uma aprendizagem repetitiva, lenta e específica para cada aluno, porém para que entendêssemos melhor esse processo indagamos a professora sobre como ela ministra esse atendimento de maneira a atender as especificidades de cada aluno. Vejamos o que diz a professora:

Excerto 10: Meu planejamento é quinzenal é... a gente envia uma cópia para Catalão, Goiânia eles estão sempre supervisionando né. Eu tenho o apoio da coordenadora da escola, a gente faz um trabalho em conjunto com as professoras de apoio né?! Que a gente faz com os pais dos alunos a gente está sempre conversando com os professores das salas de aula... comuns, a gente também tá sempre conversando. Então, é assim oh, é um trabalho que envolve ...vários profissionais né, não é só o profissional do AEE né? (Professora de AEE)

Observamos que apesar da professora de AEE dizer que faz planejamento, ela não relata o que planeja. A professora ressalta o aspecto coletivo de sua atuação, que trabalha em conjunto com as professoras referência de sala de aula, professoras de apoio à inclusão, a coordenadora e os pais, porém não é possível perceber qual é o trabalho. Ao solicitarmos que ela explicitasse melhor sua atuação, ela diz:

Excerto 11: Eu faço atendimento individual ou duplas. Então assim algumas vezes é individual porque se eu colocar só individual eles vêm poucas vezes aqui então eu tenho que colocar... às vezes, de dupla para ele volta né. Então em vez de vir uma vez por semana vem em duas tem alguns alunos que eu faço isso. (Professora de AEE)

Excerto 12: ..assim eu separei justamente é ... eu agrupei os dois justamente da forma que eu vou conseguir trabalhar com eles, então assim, foi eu que escolhi à dedo né. Pensando justamente nisso aí para não prejudicar ninguém...igual eu falei são poucas vezes que acontece assim a dupla, mais é individual. (Professora de AEE)

Ao analisarmos estas falas da professora, é possível compreender de que forma ela organiza o atendimento ofertado aos alunos, de forma individual e em dupla. Ao falar sobre o atendimento em dupla, ela demonstra que, apesar dele ser na maioria individual, há preocupação em garantir a participação dos alunos, realizando esforços para que os alunos compareçam ao AEE no contra turno. O retorno para participar do AEE em SRM no contra turno vem sendo problematizado em pesquisas atuais, seja pela dificuldade de locomoção ou mesmo pelos pais não perceberem o desenvolvimento de seus filhos. (TARTUCI, 2011; ALMEIDA, 2016). No caso da educação do campo o problema pode se ampliar se considerarmos as condições de deslocamento dos alunos para participarem do AEE, em relação ao tempo e a distância.

Considerações finais

Tendo em vista a realidade de outras escolas não somente as rurais, mas, também urbanas, a escola do campo alvo desta pesquisa tem garantindo aos alunos com deficiência o acesso à escola, que, conforme relatos das professoras, não são estigmatizados ou excluídos do contexto escolar. Entretanto, ainda permanece a questão focal da escola com relação a escolarização destes alunos e ao trabalho docente nas salas de aulas comuns da rede regular e do AEE em SRM, que acabam não sendo significativos e o protagonismo não é, na verdade, a construção de conhecimento escolar. Além disso, outra questão que poderia ser alvo de outra pesquisa é se de fato as pessoas com deficiência que vivem na região da escola estão tendo acesso, neste caso, a esta escola e a seus serviços.

Em relação ao funcionamento do atendimento educacional e seus profissionais, é necessário que haja um trabalho com intuito de contribuir para colaboração e cooperação entre os professores da educação especial e os professores regentes de referência das turmas, de modo a garantir que a organização do trabalho pedagógico atenda a todos os alunos, inclusive os alunos com deficiência no ensino regular, de forma a buscar uma organização que promova não apenas a socialização, mas, também, e, principalmente, a ocorrência de aprendizagem, de forma a atender as especificidades educacionais dos alunos. Nesta direção, é preciso que os cursos de formação de professores ampliem seus horizontes

para discutir e contribuir com saberes acerca dessa interface educação especial e educação do campo.

Diante de estudos que retratam a precariedade de infraestrutura e falta serviços especializados na educação do campo para seus alunos e, principalmente, para alunos alvo da educação especial, se faz necessário que o poder público garanta a efetivação das políticas públicas, disponibilizando o necessário para que seja garantido a todos o direito e acesso à educação.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/legislações>. Acesso: 21/03/2011.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

_____. **Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília-DF: MEC/CNE/SEB, 2008b.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In. KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

GOIÁS. **Resolução CEE N. 07 de 15/12/2006**. Estabelece Normas e Parâmetros para a Educação Inclusiva e Educação Especial no Sistema Educativo de Goiás. Conselho Estadual de Educação de Goiás. 2006.

ROPOLI, E. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão escolar: a escola comum inclusiva – Brasília: Ministério de Educação Especial, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Petrópolis: Vozes, 2004.**

TARTUCI, D. Professor de Apoio, seu Papel e sua Atuação na Escolarização de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais em Goiás. **Anais VII**

Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial.
Londrina, PR, 2011, p. 1780-1793.